

## Utopia e transcendência na poesia de Eliane Potiguara

**Sergio Assunção<sup>1\*</sup>**

UFCG/UFRJ/FAPERJ/scassuncao@uol.com.br

### Resumo:

No presente artigo, propõe-se abordar a poesia de Eliane Potiguara percorrendo os vetores que compõem a estrutura dramática de sua lírica e o lugar de diferença de sua poesia, entrelaçando os temas acerca da identidade indígena e da representação feminina, considerando a legibilidade decolonial e a inserção na literatura brasileira sob o viés ameríndio. Em um primeiro momento, trata-se de focalizar sua poesia a partir da ambivalência entre o indivíduo e a coletividade, entre a auto história e a impessoalidade de sua voz, ao representar inúmeros povos e etnias ameríndias subalternizados pelo colonialismo. Nesse sentido, pretende-se, através da poesia de Eliane Potiguara, situar o modo pelo qual a mulher indígena, consciente do seu papel e autoria feminina, reconecta-se com sua comunidade ao resgatar as tradições ancestrais dos povos originários por meio do literário. Em segundo, pretende-se analisar o modo pelo qual a lírica de Eliane Potiguara se propaga sob o viés profético e social, ao redimensionar o imaginário e a identidade indígena sob o prisma da memória e do porvir, tomando a poesia como um lugar transversal e transcendente, perspectivando-a como utopia e cosmovisão através do poema “Oração pela libertação dos povos indígenas”.

**Palavras-Chave:** poesia; utopia; transcendência; literatura indígena; Eliane Potiguara.

---

<sup>1\*</sup> Professor visitante da Universidade Federal de Campina Grande (UAL/PPGLE/UFCG), pós-doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista da Fundação Carlos Chagas de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), Brasil.

*Eu não tenho minha aldeia  
Minha aldeia é minha casa espiritual  
Deixada pelos meus pais e avós  
A maior herança indígena.  
– Eliane Potiguara*

## **Introdução**

No ano em que se celebra o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, e após duzentos anos da independência do Brasil, talvez se possa dizer que a emancipação da literatura indígena nos últimos cinquenta anos tenha sido um dos principais acontecimentos culturais desde o modernismo, considerando, sobretudo, as prerrogativas e os desdobramentos decorrentes deste movimento. Pois, trata-se de uma literatura que se destaca pela ruptura com as convenções estéticas e acadêmicas, pela radicalidade expressional de sua linguagem e valorização da oralidade, além, é claro, do seu caráter transcultural (em consonância com a antropofagia), e de sua perspectiva decolonial - corroborando o descentramento da visão eurocêntrica operada pelo modernismo.

No presente artigo, propõe-se abordar a poesia de Eliane Potiguara percorrendo os vetores que compõem a estrutura dramática de sua lírica e que constituem o lugar de diferença de sua poesia, entrelaçando a *temática indígena* e a *temática feminina na literatura brasileira*, de modo que o amálgama destes temas venha efetivamente suscitar uma legibilidade estética, cultural e política do Brasil sob o viés ameríndio.

Vislumbra-se, portanto, a articulação de um domínio crítico, teórico e experimental, em que a poesia de Eliane Potiguara atue como um eixo catalizador e interlocutório entre os temas, a partir de um corpus teórico e conceitual que propicie as respectivas interfaces, ressonâncias e tensões suscitadas, submetendo o objeto a uma reelaboração que amplie sua legibilidade e devir através da relação entre *a terra, o gueto e o texto*.

Em um primeiro momento, trata-se de focalizar sua poesia a partir da ambivalência entre o indivíduo e a coletividade, entre a auto história de Eliane e os inúmeros povos e etnias ameríndias. Pretende-se, nesse sentido, situar o modo pelo qual a mulher indígena, consciente do seu papel e autoria feminina, reconecta-se com sua comunidade ao resgatar as tradições ancestrais dos povos originários por meio do literário, ao assumir o protagonismo da luta e resistência contra o colonialismo, visando a reconstrução identitária ameríndia.

Em segundo, pretende-se analisar a lírica de Eliane Potiguara destacando a experiência do poético como modo de reinvenção do próprio sentido estético, histórico, político e cultural do Brasil, ao redimensionar o imaginário e a identidade indígena sob o prisma da memória e do porvir, tomando a poesia como um lugar transversal e transcendente, perspectivando-a como utopia e cosmovisão, além de inseri-la efetivamente no cenário da literatura brasileira.

### **1. A terra, o gueto, o texto**

Abordar a literatura indígena brasileira pressupõe confrontar duas perspectivas. De um lado a visão ocidental do colonizador, estruturada pela modernidade iluminista eurocêntrica, pelo racionalismo filosófico, pela autossuficiência científica que se opõe à natureza e à consolidação dos estados nação. Em razão dessa perspectiva empreendeu-se o expansionismo marítimo do século XVI e seu propósito mercantilista, fundamentado no extrativismo natural, na escravidão e na colonização dos povos nativos.

Do outro lado, tem-se a perspectiva do autóctone, em sua dimensão comunitária integrada à natureza, movida pela subsistência e regida pela cosmovisão mitológica e transcendente de sua ancestralidade. Uma existência em que o valor e o sentido se originam do cultivo da terra, da perpetuação dos ritos, costumes e tradições herdados da memória ancestral, na formação de uma consciência individual e coletiva, sob a qual o ato de viver pressupõe coexistir em equilíbrio com a natureza e em comunhão com o outro, a despeito de toda e qualquer diferença.

Para o pensador indígena Ailton Krenak, em conferência proferida na Universidade de Lisboa em 2019, a ideia de uma humanidade uniforme e homogênea em conformidade com tal projeto ‘civilizatório’ iluminista constituiu não só um equívoco desde a origem, mas, sobretudo, uma mera abstração<sup>2</sup>, ao ignorar a pluralidade cultural dos povos originários que há muito antecedem à moderna civilização do ocidente.

Quando a gente vai entender que os estados nacionais já se desmancharam, que a velha ideia dessas agências já estava falida na origem? Em vez disso, seguimos arrumando um jeito de projetar outras iguais a elas que também poderiam manter a nossa coesão como humanidade. Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem dadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. [...] Fomos durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. [...] A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da Terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (Krenak, 2020, p. 14-23)

Cada vez mais as produções literárias indígenas contemporâneas vão assumindo um lugar de destaque no cenário cultural brasileiro, compondo um tecido de múltiplas vozes que passam a reconfigurar a narrativa historiográfica brasileira, ao retirar o indígena de um papel subalterno e marginal para reinseri-lo como protagonista na produção literária brasileira.

Todavia, o reconhecimento da literatura indígena no Brasil despontou somente a partir da segunda metade do século XX, com a publicação do poema “Identidade Indígena”, de Eliane Potiguara, no ano de 1975, em plena ditadura militar, abrindo as portas para autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak,

---

<sup>2</sup> Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

Graça Graúna, entre tantas outras lideranças e autores que vieram posteriormente e continuam a surgir.

Após ser reconhecida com precursora do movimento literário indígena no Brasil, Eliane Potiguara publicou em 2014 *Metade cara, metade máscara*<sup>3</sup>, obra marcada pela dramaticidade de uma trajetória que se funde à luta, aos dramas, às contradições, às perspectivas e aos valores que compõem a dimensão transversal do imaginário ameríndio.

O livro escapa a qualquer definição formal, marcada pela versatilidade de seus textos e pela volubilidade de sua estrutura, ao abranger diversos gêneros literários, dentre os quais a narrativa ficcional, a crônica, depoimentos, citações e registros históricos entremeados pelos poemas, o que chancela o caráter híbrido<sup>4</sup> da obra, a começar pela ambivalência do título.

Em *Metade cara, metade máscara*, a narrativa pessoal da autora e a expressão individual dos seus dramas se redimensionam coletivamente na história de muitas outras experiências indígenas, elevando-se a uma tensão entre o nível pessoal e o nível impessoal, na medida em que a história pessoal de Eliane Potiguara se transfunde na impessoalidade de inúmeras mulheres e famílias de diversos povos e etnias ameríndias.

Sob a voz individualizada – e ao mesmo tempo tensionada com a coletividade –, a poesia de Eliane se eleva à magnitude das questões vivenciadas pelos povos originários ao transpor seu discurso para além de um sujeito, ampliando-o ao imaginário de um coletivo. Um discurso que, mesmo tendo sido fundado em um lugar de opressão e violência, deseja transcender as

---

<sup>3</sup> Usaremos como referência a terceira edição, lançada em 2018 pela Grumin, Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> O *hibridismo*, segundo Nestor Canclini (1997), diz respeito à participação de uma obra em dois ou mais conjuntos, gêneros ou estilos. Nessa obra, os elementos são reunidos anormalmente com vistas a originar um terceiro elemento, o qual pode ampliar ou reduzir as características dos dois primeiros. Para o autor, esse “jogo” discursivo assemelha-se ao processo de *transculturação*, caracterizando-se como um processo cultural e literário pautado nas relações de tensão entre culturas, conforme este conceito foi criado pelo crítico uruguaio Ángel Rama e formulado a partir das contribuições do antropólogo cubano Fernando Ortiz, visando à produção de uma linguagem literária que se articula a partir da incorporação de duas ou mais culturas diversas.

fronteiras geográficas e sociais, os silenciamentos e as cicatrizes oriundos do colonialismo histórico e hodierno, por meio da experiência do poético.

Segundo Graça Graúna:

Pensar a poesia em Eliane Potiguara é reconhecer a construção da diferença, pois trata-se de uma poesia em que a identidade literária se constrói à luz das tradições; como quer a voz da enunciação indígena (seja em verso ou na “contação de história”). Nesse percurso, a ligação com o passado (ancestral) faz a diferença num processo em que a polifonia de vozes remete à questão do lugar/entrelugar, identidade/alteridade e “auto-história”. (Graúna, 2013, p. 98)

Ao abordar a questão da indianidade sob o viés literário, pode-se dizer que a obra de Eliane Potiguara se insere definitivamente no contexto da historiografia literária brasileira, situando-se como um contradiscurso à narrativa histórica hegemônica e colonialista. Mediante a possibilidade de se reconstruir uma nova perspectiva em que sobressaiam as diferenças, a indianidade da poesia de Eliane Potiguara vislumbra o futuro por meio do *in actu* literário, como se sua experiência poética prospectasse, ao nível do simbólico, um lugar utópico, inscrevendo-se entre a memória e o sonho, na intersticialidade do presente que se abre ao porvir.

Segundo Eduardo Viveiros de Castro, o conceito de indianidade passa pela triagem de três vínculos primordiais: (a) a implantação territorial da comunidade<sup>5</sup>; (b) A orientação acerca dos discursos e práticas comunitárias concebidos como patrimônio imaterial relevante do grupo; (c) A autonomia da comunidade de se constituir como entidade socialmente diferenciada dentro da comunhão nacional.<sup>6</sup>

Tudo isto dito, entendo que índio não é um conceito que remete apenas, ou mesmo principalmente, ao passado – é-se índio porque se foi índio –, mas também um conceito que remete ao futuro – é possível voltar a ser índio, é

<sup>5</sup> Leia-se ‘aldeia’. Há uma frase de Graça Graúna que ilustra com mais nitidez o sentido correspondente da aldeia como sua comunidade. “[...] porque o índio e/ou a índia, onde quer que vá, leva dentro de si a sua aldeia.” (GRAÚNA, 2013, p. 59)

<sup>6</sup> A *indianidade* é um projeto de futuro, não uma memória do passado. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93421623002>.

possível tornar-se índio. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. (Castro, 2011, p. 265)

Para os povos originários do Brasil, a terra constitui a base da sua organização social, de modo que, juridicamente, o direito às terras é um direito legitimado e proclamado na Constituição de 1988. Logo, uma vez que este direito fundamental é desrespeitado, a identidade indígena é igualmente violada.

O geógrafo Milton Santos afirma que o valor da terra está enraizado às tradições ancestrais e à dimensão cultural de um povo, operando como elemento consolidador de sua identidade, de modo que cultura e territorialidade se tornam termos sinônimos. Segundo ele, para além do aspecto geográfico, *“o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico.”* (SANTOS, 2020, p. 82)

É por isso que as migrações agredem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização”. (Santos, 2020, 81-2).

Para o geógrafo, o valor da terra está intimamente entronizado no processo identitário de um povo. Em contrapartida, na medida em que esta terra fora invadida e roubada desse mesmo povo que ali se enraizara, tal fato configura, além de um ato de expropriação, um abalo estrutural profundo, ao fragmentar a memória identitária daquela mesma comunidade.

Sob a demagogia do discurso civilizatório, as invasões mercantilistas, missionárias, extrativistas e latifundiárias do passado e do presente vêm ocasionando o genocídio dos povos indígenas no Brasil. Como resultado deste processo, a perda dos territórios imemorais e a destruição dos cemitérios ancestrais ameaçam diretamente à preservação dos valores e das tradições, provocando a desintegração cultural e espiritual dos povos. Na medida em que não conseguem mais resistir às invasões e perseguições, são obrigados à migração e ao exílio urbano, sendo que, na maioria dos casos, são cooptados

ao trabalho escravo e à prostituição das mulheres, vítimas do tráfico sexual. Por fim, são relegados à indignidade e à indignidade social, ficando suscetíveis às doenças, à desintegração das famílias, e à desculturização de sua identidade.

Em seu livro, Eliane Potiguara enumera as consequências traumáticas e devastadoras das ‘invasões estrangeiras’ que ocorrem há mais de cinco séculos, corroborando com o processo de desculturização apontado por Milton Santos. No entanto, seu testemunho se desborda da pessoalidade para a historicidade coletiva, contrapondo-se à auto representação ficcional por meio de uma “auto história”, ou seja, de uma auto exposição que amplia a legibilidade do texto a um nível histórico e social, ao expressar, sobretudo, a força que emana da mulher indígena e sua consciência ética, estética, ambiental e espiritual. Sua escritura transcende a dor inerente ao processo de desculturização para consolidar-se sob a forma de resiliência e resistência, cura e reterritorialização por meio da experiência literária.

E a mulher indígena, que passou por toda a sorte de massacres ao longo da história, condicionada ao medo e ao racismo, sobrevive porque é criativa, é xamã, é visionária, é curandeira, é guerreira e guardiã do planeta. Seu inconsciente coletivo ancestral refloresce a cada ato de criação, porque ela é capaz de beijar as cicatrizes do mundo, em um ato de caridade. E a palavra dela é sagrada como a terra que dá o alimento ao próximo, alimento da CURA em todos os sentidos. (Potiguara, 2018, p. 93)

No início do livro, Eliane narra sua história pessoal desde o abandono da terra – quando sua avó fora estuprada aos doze anos por um colono –, e o modo pelo qual tal violação ocasionou o processo diaspórico que impactou sua família e a guetificação social na cidade grande<sup>7</sup>. Ela conta como foi criada pela avó e

---

<sup>7</sup> Nesta passagem é possível notar o processo de estetização assumido pela poeta, em que o sujeito da enunciação narra sua auto história, expondo-se na terceira pessoa, de modo impessoal. “Visitou as terras imemorais de sua mãe, de sua avó paraibana e de seus ancestrais espirituais. Ali sentiu a essência da existência humana, o seu cordão umbilical queimava e seus pés não andavam: flutuavam... Foi lá que, em 1979, conheceu um senhor muito velho e cego, o índio Potiguara, a quem chamavam de Sr. Marujo, com cerca de 90 anos, que narrou como se deu a retirada daquela família específica do local, por volta de 1927. Foi impactante porque eram todas mulheres, as quatro filhas do índio X, mais a mãe Maria da Luz. Sua avó, a menina Maria de Lourdes, com apenas 12 anos, já era mãe solteira, vítima de violação sexual praticada por colonos que trabalhavam para a família inglesa Y, que escravizava a população indígena no plantio do algodão.” (Potiguara, 2018, p. 27)



tias, mulheres indígenas marcadas pela condição de analfabetas, nordestinas, miseráveis, sem maridos e com filhos, obrigadas a sujeitarem-se a condições de trabalho e moradia de absoluta precariedade, vendendo bananas e morando na zona de prostituição do mangue.

Em meio à toda vulnerabilidade na luta pela sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro, essa ruptura desencadeou marcas indeléveis nas mulheres de sua família, que sofreram a degradação pelo vício do álcool, pelas crises de pânico, pelos surtos psicóticos, além do preconceito racial e social. Evidentemente, esses abalos propiciaram a solidão e o rebaixamento da autoestima daquelas mulheres, que foram submetidas a um nível de violência, obscurantismo e indigência social que deixaram cicatrizes profundas em suas vidas.

Em contrapartida, apesar de vulneráveis e fragilizadas, essas mulheres mantiveram seus hábitos, sua cultura, suas tradições e principalmente seus laços com a ancestralidade, entronizando a cosmologia e a herança espiritual de seu povo. Foi graças à tradição oral herdada de suas tias, tias-avós, mãe, e as demais mulheres indígenas migrantes que a indianidade de Eliane Potiguara foi sendo preservada. Ao escutar as histórias reais de sua avó e dos antigos habitantes de sua comunidade, deflagrou-se o processo de sua escrita e produção literária.

Mais tarde formou-se em Letras pela UFRJ e tornou-se professora, entrando em contato com o pensamento e a filosofia de Paulo Freire. Gradativamente, foi assumindo seu papel de militante e líder indígena ao lutar pelo resgate da dignidade e da cidadania dessas famílias discriminadas, exploradas e escravizadas pelos processos colonizadores ao longo do território nacional, além de lutar pelos direitos das mulheres indígenas e participando, inclusive, na elaboração da Constituição Federal brasileira.

Foi justamente a partir de sua militância e protagonismo como liderança indígena feminina que Eliane fundou o Grumin<sup>8</sup>, além de diversos outros grupos

---

<sup>8</sup> Grumin (Grupo Mulher-educação indígena). “Atual Rede de Comunicação Indígena sobre Gênero e Direitos, isto é, a primeira organização de mulheres indígenas do país, voltada para a

e núcleos de apoio às mulheres indígenas em diferentes lugares e segmentos sociais, viajando pelo mundo, visitando diversos povos originários e participando de Congressos e Conferências.

Definitivamente, o caminho aberto por Eliane Potiguara foi decisivo para que outras mulheres – sejam elas escritoras e/ou lideranças indígenas – formassem um segmento determinante para a emancipação e representatividade feminina no cenário cultural brasileiro.

## **2. Redimensões territoriais**

Para as produções literárias indígenas contemporâneas, o texto se funda como um território simbólico, na medida em que transcende a materialidade estética através da expansão do imaginário, seja pelo resgate da memória ancestral, seja pelo cultivo de um tempo porvir. A experiência do literário propicia, ao mesmo tempo, tanto o confronto com o real quanto a sua reinvenção, abrindo-se à renovação da consciência em seu âmbito crítico e identitário, sem perder de vista o poder de intervenção contra hegemônico, da história recontada sob o olhar ameríndio.

Trata-se de um lugar adveniente de uma experiência híbrida e transcultural que se manifesta ao nível do corpo, dos afetos e da alteridade, em que as múltiplas vozes oriundas da subalternidade dos povos originários e outros segmentos compõem o tecido inextricavelmente dramático de sua poesia. Um lugar mnemônico e utópico, de rearticulação do passado e cultivo do futuro pela reinvenção do presente. Um lugar onde é preciso cultivar a poesia para habitar sua dimensão. Um lugar em que a memória é a substância primordial da própria cosmovisão.

Na poesia de Eliane, a transversalidade cultural se manifesta pela comunhão com as populações submetidas à experiência da exclusão e vulnerabilidade, desde os povos ameríndios, até os negros, os sem-terra, os sem

---

educação e a integração da mulher indígena nos processos social, político e econômico.” (Graúna, 2013, p. 96-7)

teto, e outros segmentos como, por exemplo, os imigrantes ilegais e refugiados que, devido à absoluta clandestinidade, são submetidos às mais perversas formas de precarização, abandono e marginalidade. Através da poesia, torna-se possível tocar o outro, de algum modo excluído, desaldeado e submetido à condição degradante de sua marginalidade.

Seja ele autóctone, afrodescendente, imigrante, marginalizado, excluído e/ou retirante dentro da própria cidade, torna-se importante ressaltar que na poesia de Eliane Potiguara as mais diversas experiências minoritárias atravessam-se por meio do poético. Pressupõe-se, deste modo, que o espaço transversal de sua poesia possibilita a confluência das múltiplas diferenças culturais que já coexistem e coabitam no espaço urbano, a despeito de sua invisibilidade e de sua própria alienação.

Segundo Rita Olivieri-Godet, a experiência do poético pode ser considerada uma estratégia de sobrevivência ao neocolonialismo atual, na medida em que se busca cultivar um espaço relacional por meio da alteridade, ao absorver as diversas subalternidades guetificadas na cidade, recriando, portanto, uma “habitabilidade psíquica” e transcultural a partir da fusão entre a memória autóctone e a experiência urbana.

É por meio da escrita, que lhe devolve o papel de sujeito de sua própria história, que Eliane Potiguara experimenta a “habitabilidade”, o que significa, segundo Harel, “o fato de ser sujeito em um espaço circunscrito” (Apud Harel, 2007, p. 17). Para essa ameríndia desaldeada, assim como para tantos outros ameríndios urbanos, tornar-se novamente índio significa travar um combate pela reconfiguração das relações dentro da própria sociedade brasileira: para a escritora Eliane Potiguara, trata-se de se apoderar da memória de seu patrimônio ancestral para criar, por meio de sua fala libertadora, seu próprio habitat. (Olivieri-Godet, 2020, p. 42)

Mesmo sob a chave da heterogeneidade, em linhas gerais, pode-se dizer que o cultivo da literatura indígena consiste na tentativa de refundação desse *locus* simbólico, visando ao resgate e conservação dos hábitos, costumes e das narrativas oralizadas que compõem a dimensão mitológica do imaginário e da memória indígena, na preservação de suas tradições e na reordenação, por sua vez, de sua consciência identitária.

Com efeito, é por meio do lugar do literário que o indivíduo passa a compreender o seu papel no mundo, vendo seus valores e a si próprio como a representação cultural de um sujeito pertencente a uma comunidade. Deste modo, além de operar como um elemento restaurador desse espaço memorial estilhaçado, a literatura inscreve-se como um lugar de resistência e preservação da identidade, resguardando-se da alienação do indivíduo em meio à vida nas cidades. Nas palavras de Eliane Potiguara:

Quando dizemos “território”, não estamos simplificando o termo para algo simples e final; estamos expandindo o termo para algo mais digno no que se refere aos direitos dos povos indígenas. Um território não é apenas um pedaço ou uma vastidão de terras. Um território traz marcas de séculos, de culturas, de tradições. É um espaço verdadeiramente ético, não é apenas um espaço físico como muitos políticos querem impor. Território é quase sinônimo de ética e dignidade. Território é vida, é biodiversidade, é um conjunto de elementos que compõem e legitimam a existência indígena. Território é cosmologia que passa inclusive pela ancestralidade. (Potiguara, 2018, p. 119)

Ao longo do livro, percebe-se que o sujeito da enunciação é aquele que necessita absorver o outro para reconectar-se consigo, restaurando sua identidade sob a perspectiva da alteridade e da diferença, ao reconhecer-se plenamente - sob o devir-outro - em sua ‘metade cara e sua metade máscara’.

A partir do resgate memorial das tradições destes respectivos povos originários e seu vínculo com o sagrado, a própria experiência literária propicia a articulação entre o passado, o presente e o futuro, ao expor as diversas tensões que marcam o processo de (re)constituição da identidade cultural indígena na contemporaneidade, impedindo o apagamento dessa memória pelos discursos hegemônicos.

Nesse sentido, cabe destacar que a poética de Eliane Potiguara se inscreve como um lugar de permanente tensão e devir, em que as próprias formas literárias são desarticuladas de suas estruturas tradicionais e convenções estéticas para serem recriadas, hibridizadas, caracterizando-se pela mutabilidade e incorporação da diferença.

Segundo Graça Graúna:

*Metade cara, metade máscara* é um espaço de plurissignificação que nos leva, de imediato, a uma reflexão acerca de sua estreita relação entre poesia e história, entre o real e o imaginário sagrado e o profano, o individual e o coletivo e outros elementos caracterizadores da obra literária. Nesse campo de multissignificação estabelece o caráter emblemático que vem do próprio título do livro alusão à identidade. (Graúna, 2013, p. 98)

Mediante ao caráter orgânico e metafísico de sua lírica, talvez os poemas de Eliane Potiguara devam ser tomados como gritos, como cânticos, que tingem a história de sangue e de sonho, mesclando-a às cores e aos tons da terra e do céu, sobretudo, pela força humanizadora de sua poesia que se lança contra a barbárie e a degradação colonialista do passado e do presente.

Para o indígena, ‘sua crença é a raiz de sua identidade’, como podemos ver no poema “Oração pela libertação dos povos indígenas”, considerando o entrelaçamento entre o elemento identitário e o elemento sagrado em interface com o solo e a terra. Sob a elocução volúvel e deambulatória, seu canto incorpora o movimento nômade, migrante e metafísico, transmutando-se em um território movente que se metaboliza em sua versatilidade formal através dos temas e tensões que envolvem sua experiência transcultural e transcendente.

Parem de podar as minhas folhas e tirar a minha enxada  
 Basta de afogar as minhas crenças e torar minha raiz.  
 Cessem de arrancar os meus pulmões e sufocar minha razão  
 Chega de matar minhas cantigas e calar a minha voz.  
 Não se seca a raiz de quem tem sementes  
 Espalhadas pela terra pra brotar.  
 Não se apaga dos avós – rica memória  
 Veia ancestral: rituais pra se lembrar  
 Não se aparam largas asas  
 Que o céu é liberdade  
 E a fé é encontrá-la. (Potiguara, 2018, p. 33-4)

Na primeira parte do poema, a voz do sujeito da enunciação expressa seu clamor contra a opressão do colonialismo. O tom imperativo dos termos ‘parem’, ‘basta’, ‘cessem’, ‘chega’, é dirigido aos estrangeiros invasores, delimitando o limite estabelecido contra o processo colonial e suas formas de sujeição e violação sofridas pelos povos indígenas, além, é claro da devastação da natureza. Daí a analogia entre o indígena, que tem a identidade ligada ao seu

território interrompida e o processo migratório, e a planta enraizada no solo, que espalha suas sementes para além do seu local de origem.

No poema, é possível perceber a magnitude da memória e a substância do seu lastro, dos costumes às tradições ancestrais. Assim, a memória torna-se um agenciamento de enunciação estética, histórica e identitária, na medida em que a transcrição dos registros culturais provenientes da tradição oral e das narrativas míticas materializa-se por meio da apropriação da língua portuguesa do Brasil, de modo que essa mescla possibilita a convergência de uma linguagem híbrida e transcultural. Dessa forma, a memória configura-se como uma dimensão axial da identidade ao estruturar, organizar e preencher o esvaziamento de sentido das comunidades desaldeadas e guetificadas na cidade, resistindo ao efeito da alienação dos indivíduos acerca do seu papel e condição – em razão do apagamento da memória –, além de servir como sedimento utópico de construção do futuro<sup>9</sup>.

Evidentemente, este processo é resultante da guetificação urbana dos indivíduos indígenas e seu exílio social, após a expropriação de seus respectivos territórios de origem e do desafio de se permanecer indígena fora destes, em decorrência do racismo migratório sofrido por eles.

Em um segundo plano, o poema modula-se das imagens orgânicas à transcendência do sagrado, assumindo sua forma de oração.

Rogai por nós, meu Pai-Xamã  
 Pra que o espírito ruim da mata  
 Não provoque a fraqueza, a miséria e a morte.  
 Rogai por nós – terra nossa mãe  
 Pra que essas roupas rotas  
 E esses homens maus  
 Se acabem ao toque dos maracás.  
 Afastai-nos das desgraças, da cachaça e da discórdia,  
 Ajudai a unidade entre as nações.

Alumiai homens, mulheres e crianças,  
 Apagai entre os fortes a inveja e a ingratidão.

---

<sup>9</sup> Em sua resenha sobre a obra de Eliane Potiguara, Daniel Munduruku escreve: “*ela olha para o futuro sabendo que ele se constrói na constante fricção atemporal da memória: só existe um futuro porque há um presente que o projeta tendo como ponto de partida o passado, a memória*” (Munduruku, 2008).

Dai-nos luz, fé, a vida nas pajelanças,  
Evitai, ó Tupã, a violência e a matança. (Ibidem, 2018, p. 34)

Ao cultivar um espaço múltiplo e transversal, a poesia de Eliane lança as sementes para um novo amanhã, vislumbrando o futuro ao fundar suas bases na memória ancestral, forjando um novo território através da integração com os diversos povos e segmentos culturais, além da comunhão com a dimensão espiritual de suas tradições.

Graça Graúna definiu que lirismo de Eliane Potiguara é, ao mesmo tempo, “profético e social”, no sentido de que sua poesia cultiva um território utópico, ao transcender o poema a uma dimensão mitológica e metafísica, sem perder de vista a historicidade e sua interface com o presente. Por meio da poesia, vislumbra-se a integração dos povos e dos homens com a natureza e o sagrado. Segundo ela:

O lirismo profético e social em *Metade cara, metade máscara* vem expressar a missão de escritores e escritoras indígenas, que é também o de salvaguardar o lugar da ancestralidade na passagem da literatura oral para a escrita; transpondo os ‘limites’ da aldeia, do habitat para outras formas e manifestações de liberdade. (Graúna, 2013, p. 123)

Além da tradição literária oral, destaca-se, na poesia de Eliane Potiguara, a incorporação de elementos provenientes de outras culturas. Com efeito, a transversalidade cultural resulta do sincretismo entre o processo diaspórico e os diversos modos de sobrevivência nas cidades, na medida em que os autores indígenas contemporâneos absorvem a língua portuguesa, entremeando-a, naturalmente, por termos e expressões de suas respectivas línguas de origem. Assim, a experiência literária reflete a abrangência de práticas culturais que se entrecruzam dentro do texto literário, regidas pela dimensão mitológica do pensamento e da tradição oral indígena.

Segundo Rejane Seitenfuss Gehlen:

A escrita é um dos marcos divisores da história da humanidade, a tal ponto que os fatos anteriores a sua invenção são ainda hoje considerados pré-históricos. Contudo, as tradições dos muitos povos que já existiram e daqueles que ainda existem, assentam-se em bases orais, no caso dos povos indígenas essa questão assume importância ainda maior. Os índios são detentores de um conhecimento ancestral, aprendido dos antepassados que

sempre priorizaram a fala e fizeram dela o instrumento para ensinar e viver a cultura. Numa sociedade que transmite a tradição pela oralidade, a memória assume grande importância: guardiã das histórias vividas, é o encontro do passado e presente revividos sob a perspectiva individual e coletiva. (Gehlen, 2011, p. 91)

Ao reinscrever sua identidade sob o cultivo da alteridade, a poesia de Eliane Potiguara opera o deslocamento da perspectiva essencialista e dominante do colonizador, focalizando-a sob o olhar transcultural do outro. Simultaneamente, a reconstrução identitária implica na escavação da memória por meio de sua auto história, na medida em que passado e futuro se reconectam sob a experiência do poético, reinventando o presente entre a resiliência e a utopia, entre a memória e o porvir, ao resgatar a substancialidade ancestral que, por sua vez, pressupõe a base da cosmovisão ameríndia.

Sob o prisma da poesia, tornou-se possível em *Metade cara, metade máscara* descentralizar os lugares hegemônicos que emolduraram os povos ameríndios ao longo de mais cinco séculos de subalternização cultural, política e social, para recriar no presente um novo espaço de afirmação intersticial entre dois territórios: o da reconstrução memorial e identitária e o da rearticulação utópica do imaginário. Deste modo, transcendem-se as fronteiras culturais, políticas, étnicas e sociais sob a perspectiva estética e existencial, cósmica e espiritual, ao “*transpor o abismo existente entre a memória indígena da expropriação e o esquecimento ao qual a ordem social ocidental a condenou*”. (Olivieri-Godet, 2020, p. 56)

[...] escrita e deslocamento são inseparáveis na produção literária indígena, tanto pela conexão simbólica e ontológica que esta estabelece com as origens, buscando preencher as lacunas da memória, quanto pelas interações permanentes que é levada a operar com outras culturas e que configuram seu caráter híbrido. A escrita é vista, portanto, como lugar de reconstrução identitária sensível ao outro e, ao mesmo tempo, como resiliência; tanto relação quanto confronto, o lugar reservado ao escritor é aquele do entrelugar. (Ibidem, p. 54)

Ao tomar a escritura como um lugar crítico, resiliente e utópico, isto é, como um lugar de enunciação, resistência e reinvenção, Eliane Potiguara demonstra claramente ter a consciência do seu papel no processo de



intervenção cultural na historicidade brasileira. Sua poesia, seu grito, sua dor, sua memória, compõem seu canto que emana à contrapelo da história e da cultura hegemônicas de uma civilização que se ergueu sob a égide da colonialidade, do patriarcalismo, do extrativismo predatório e sob a lógica perversa do capital que legitimou a barbárie, que silenciou os dissidentes, guetificou as minorias, contribuindo para o genocídio cultural dos povos originários no Brasil.

### **Considerações finais**

Para o poeta norte americano Gary Snyder, ícone da geração beat e precursor da *etnopoética*, a literatura oral é considerada como a maior experiência literária da humanidade. Segundo ele, a *etnopoética* consiste no estudo das poesias e poéticas dos povos ameríndios - sejam as baladas, as lendas populares, os mitos, as canções -, e não devem ser privilegiados como dados etnográficos, mas por seus próprios valores. Logo, só assim servirão no combate ao que ele chama de 'genocídio cultural' sofrido pelos povos originários, sobretudo no Brasil<sup>10</sup>.

Para Snyder, combater o genocídio cultural exige, primordialmente, um exame crítico da própria civilização ocidental, ao reconhecer a ignomínia das fronteiras interculturais que nos levam a considerar os outros como 'outros'. Para isso, a importância de se publicar e veicular poesias e narrativas ameríndias contribui para que o maior número de pessoas perceba a profundidade dessas culturas, além de reforçarem a identidade desses povos, corroborando o fato de que a civilização moderna representa uma parte bem pequena da experiência humana em comparação aos povos originários.

---

<sup>10</sup> "O caso do Brasil é particularmente tocante porque provavelmente é lá que vem os últimos seres humanos primários no mundo: alguns grupos pequenos que, aparentemente, ainda nem mesmo foram contatados pela civilização em expansão. Havia 250 tribos conhecidas no Brasil em 1900; 87 foram extintas. Entre 1900 e 1957 as populações indígenas no Brasil baixaram de mais de 1000000 a menos de 200000 pessoas. a população de índios brasileiros na bacia amazônica é hoje menos de 5000. Os nambiquaras, os cintas largas, os kadiwéus, os bororos, os waurás, todos são exemplos de populações ameaçadas." (Snyder, 2005, p. 226-7)

Testemunhamos hoje uma singular torrente de destruição da diversidade das culturas humanas, das espécies de plantas e de animais – da riqueza da Biosfera e dos bilhões de anos de evolução orgânica que foram necessários para formar tudo isso. A etnopoética, o estudo das poesias e poéticas de povos iletrados, é como um campo da Zoologia que estuda espécies em extinção. Devemos ter uma preocupação com isso porque as culturas que compõem e executam tais poemas e canções estão rapidamente desaparecendo. (Snyder, 2005, p. 221)

Para Snyder, além de testificar a falência do projeto moderno de civilização do ocidente, é preciso pensar na possibilidade de um novo humanismo que liberte o homem de seu barbarismo civilizado. Para o poeta, é preciso ‘re-aprender a re-habitar’ o mundo e, nesse sentido, atribui-se à *etnopoética* um papel fundamental, pelo seu efeito de preservação das poesias dos povos antigos e pela conservação de um saber que propiciaria esse novo humanismo, através da consciência relacional, isto é, individual, coletiva, cósmica e ambiental.

Segundo Snyder, deve-se habitar o mundo a partir da ressignificação do sentido de coexistir no espaço, substituindo a estratificação social moderna e o conceito de habitação determinados pelo capital – que agrega à terra o valor de propriedade –, por uma consciência ecológica, ambiental e comunitária, transformando simbolicamente essa consciência por meio da experiência do poético.

Para Eduardo Viveiros de Castro, ao investigar o *perspectivismo* ameríndio, o antropólogo percebeu a consonância entre este complexo conceitual e o conceito de *animismo*. Segundo ele, no *perspectivismo* ameríndio o mundo é povoado, além dos seres humanos, de outros sujeitos ou ‘personitudes’ que, muito embora vejam a realidade diferentemente dos seres humanos, são dotados de um espírito humano – como, por exemplo, os grandes animais, os rios, as montanhas, etc –, de modo que cada ser torna-se, espiritual e animicamente, parte integrantes da alma universal.

Sob o *perspectivismo* ameríndio, o indígena enxerga o outro como parte de si, como a um irmão da mesma família, um parente, de modo que a alteridade se consubstancia, intrinsecamente, à feição de um princípio regente que se

funda pela própria convivialidade com o outro. Para o perspectivismo, ver a si implica ver igualmente o outro como a si, ou seja, como sujeitos, agentes, além de partes integrantes de uma mesma alma ou família universal.

Dito de outro modo, nossa cosmologia imagina uma continuidade física e uma descontinuidade metafísica entre os humanos e os animais, a primeira fazendo do homem objeto das ciências da natureza, a segunda, das ciências da cultura. O espírito é nosso grande diferenciador: é o que sobrepõe os humanos aos animais e à matéria em geral, o que singulariza cada humano individual diante de seus semelhantes, o que distingue as culturas ou períodos históricos enquanto consciências coletivas ou espíritos de época. O corpo, ao contrário, é o grande integrador, o veículo da “participação moderna”: ele nos conecta ao resto dos viventes, unidos todos por um substrato universal (o ADN, a química do carbono etc.) que, por sua vez, remete à natureza última de todos os “corpos” materiais. Os ameríndios, em contrapartida, imaginam uma continuidade metafísica e uma descontinuidade física entre os seres do cosmos, a primeira resultando no animismo – a “participação primitiva” –, a segunda, no perspectivismo. O espírito, que não é aqui substância imaterial, mas forma reflexiva, é o que integra; o corpo, que não é substância material, mas afecção ativa, o que diferencia. O perspectivismo não é um relativismo, mas um relacionalismo. (Castro, 2002, p. 260)

Contudo, além de valorizar a alteridade e a diferença, o perspectivismo ameríndio privilegia a convivialidade harmônica entre os povos, os animais, a natureza, o meio ambiente e o cosmos, como sendo a própria humanidade, sob o prisma anímico e metafísico de uma existência em que todas as partes se integram espiritualmente na alma do Criador. Nesse sentido orgânico e espectral, o *perspectivismo* opera como um princípio integrador do universo.

No poema “Oração pela libertação dos povos indígenas”, apesar de todo o texto ser carregado de uma linguagem crítica e denunciatória, ao final, o poema exalta o xamanismo e a cosmologia indígena, redimensionando a realidade em sua articulação imanente e transcendente, orgânica e espiritual, ontológica e antropológica, territorial e cosmológica.

Ao elevar a alteridade e a diversidade sob a consciência cosmológica e metafísica, a poesia de Eliane explicita a fé, o amor e a crença em um futuro mais digno e integrador entre os povos e a natureza, em sua plenitude e correspondência com o sagrado.

Em sua poesia, conectar-se com o sagrado é conectar-se com o outro, com o meio ambiente, com o planeta, reconhecendo-se parte íntima e integrante da própria natureza, e com o mundo espiritual dos guerreiros mortos (no caso do índio Marçal, morto em confronto com colonos), das entidades e dos ancestrais. Ou seja, a transcendência espiritual pressupõe estar em imanência harmônica com a terra e com os emissários (xamãs) dos espíritos protetores que habitam a natureza, além das festas, rituais e danças tradicionais que celebram essa comunhão ancestral, como a *Pajelança* e a *Toré*, por exemplo.

Num lugar sagrado junto ao igarapé,  
 Nas noites de lua cheia, ó MARÇAL, chamai  
 Os espíritos das rochas pra dançarmos o Toré.  
 Trazei-nos nas festas da mandioca e pajés  
 Uma resistência de vida  
 Após bebermos nossa chicha com fé.  
 Rogai por nós, ave-dos-céus  
 Pra que venham onças, caititus, seriemas e capivaras  
 Cingir rios Juruena, São Francisco ou Paraná.  
 Cingir até os mares do Atlântico  
 Porque pacíficos somos, no entanto.  
 Mostrai nosso caminho feito boto  
 Alumiai pro futuro nossa estrela.  
 Ajudai a tocar as flautas mágicas  
 Pra vos cantar uma cantiga de oferenda  
 Ou dançar num ritual lamaká.  
 Rogai por nós, Ave-Xamã  
 No Nordeste, no Sul toda manhã.  
 No Amazonas, agreste ou no coração da cunhã.  
 Rogai por nós, araras, pintados ou tatus,  
 Vinde em nosso encontro  
 Meu Deus, NHENDIRU(Deus)!  
 Fazei feliz nossa mintã (criança)  
 Que de barrigas índias vão renascer.  
 Dai-nos cada dia de esperança  
 Porque só pedimos terra e paz  
 Pra nossas pobres – essas ricas crianças. (Potiguara, 2018, p. 34-5)

Após constatar o caráter metafísico, transcultural e utópico de reconstrução identitária na poesia de Eliane Potiguara, somos levados a reconsiderar a legibilidade historiográfica brasileira a partir da perspectiva ameríndia. Além da efetiva inserção da literatura indígena em nosso cânone literário, sua poesia nos exorta a uma nova interpretação do Brasil sob a cosmovisão dos povos originários, em detrimento de uma visão excludente e marginalizada sob a falseamento indianista ou indigenista.

Sua poesia, além de mesclar-se à história do Brasil e do povo brasileiro, é movida pela prospecção utópica de um futuro em que a diferença, a solidariedade e a transversalidade interétnica serão a tônica da reconstrução decolonial/transcultural deste país, sob a emancipação do literário, como afirma Rita Olivieri-Godet:

Deste modo, o maior interesse da obra de Eliane Potiguara reside provavelmente em sua participação original no processo de decolonização das letras brasileiras, que consiste em assumir o papel de porta-voz das reivindicações e dos direitos dos ameríndios, sem se esconder atrás das fronteiras identitárias essencialistas, como frequentemente acontece na produção literária que se exprime em nome de uma comunidade. Ela lança seu olhar híbrido de descendente de índios migrantes sobre as heterogeneidades que constituem o espaço nacional em conflito, mas se recusa a projetar a superação dos conflitos na uniformização das diferenças. (Olivieri-Godet, 2020, p. 45-6)

Nesse sentido, o caráter memorial e utópico da poesia de Eliane Potiguara possibilita a ela reescrever a história e, por sua vez, colonizar o futuro, na medida em que se inscreve o presente reinventando-o pelo cultivo da alteridade e da diferença. A poesia de Eliane, assim como toda a literatura indígena, suscita a reinvenção de um homem novo, de uma nova consciência que venha habitar o mundo. E é nesse sentido que o canto de Eliane Potiguara vislumbra, parafraseando Deleuze, a reinvenção de ‘um povo que falta’<sup>11</sup>.

Para Octavio Paz, sob o prisma da lírica moderna:

O poema se alimenta da linguagem viva de uma comunidade, de seus mitos, seus sonhos e suas paixões, ou seja, de suas tendências mais secretas e poderosas. O poema funda o povo porque o poeta recua na correnteza da linguagem e bebe na fonte original. No poema a sociedade se confronta com os fundamentos de seu ser, com sua palavra primeira. (Paz, 2012, P. 48-9)

Todavia, a literatura indígena afirma-se como um sistema cultural que permite, por meio da poesia, a formulação de um substrato crítico e interpretativo para uma compreensão a-histórica da sensibilidade e do imaginário cultural brasileiro por meio do poético.

---

<sup>11</sup> Deleuze, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

No caso de Eliane Potiguara, ao mesmo tempo em que sua poesia é capaz de denunciar um Brasil dos desmandos, desconstruindo a narrativa hegemônica e colonialista, xenófoba e misógina dos racismos e feminicídios, é também capaz de evocar, através de seu canto, o desejo de uma nação nova. Uma nação reinventada em sua legibilidade estética e multicultural, sob uma perspectiva híbrida e transversal, repleta de contradições, matizes e devires. Uma nação em que a utopia advém da memória, forjada pela precedência simbólica do poético e pela transcendência do amor e da sororidade.

*Em homenagem à Eliane Potiguara e a Alberto Pucheu.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canclini, N. G. (2003). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Gênese Andrade; Ana Regina Lessa; Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: EdUsp.
- Castro, E. V. (2011). *A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado*. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. *Prisma Jurídico* [en línea]. 10(2), 257-268 [Consulta em 15 de janeiro de 2022]. ISSN: 1677-4760. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93421623002>.
- Canclini, N. G. (2002). *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34.
- Gehlen, R. S. (jul-dez 2011). *Identidade de Eliane: a face Potiguara, a máscara indígena e o eco de vozes silenciadas*. Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Londrina, n. 12, p. 81-103.
- Graúna, G. (2013). *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia letras.
- Munduruku, D. (2008). “Metade cara, metade máscara”. Resenha. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/metade-cara-metade-mascara#-overblog-9128>.
- Olivieri-Godet, R. (2020). *Vozes de mulheres ameríndias nas literaturas brasileira e quebequense*. Rio de Janeiro: Macunaíma.

Paz, O. (2012). *O arco e a lira. O poema. A revelação poética. Poesia e história*. Trad. Ary Roitman e Paulina Wacht. Ed. Cosac Naify, São Paulo.

Potiguara, E. (2018). *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumin.

Santos, M. (2020). *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EdUsp.

Snyder, G. (2005). *Re-habitar – ensaios e poemas*. Org. Luci Collin e Sergio Cohn. Tradução Luci Collin. Rio de Janeiro: Azougue editorial.